



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## ÍNDICE DE INSUFICIÊNCIA SOCIOECONÔMICA MULTIDIMENSIONAL: UM OLHAR PARA AS MACRORREGIÕES BRASILEIRAS DE 2016 A 2019<sup>1</sup>

Cassiano José Bezerra Marques Trovão  
Departamento de Economia (UFRN)

Juliana Bacelar de Araújo  
Departamento de Economia (UFRN)

Antonio Hermes Marques da Silva Junior  
Departamento de Estatística (UFRN)

Hortência Ingreddys Fernandes do Nascimento  
Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim (RN)

### Sessão Temática 1: Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil

**Resumo.** O objetivo do presente artigo é fazer uma análise da evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), metodologia desenvolvida por Trovão et al. (2022), para as grandes regiões brasileiras nos anos de 2016 a 2019. Com base nessa metodologia, procura-se explorar as desigualdades regionais em termos de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM) a partir de suas seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Os resultados apontam para a existência de uma significativa desigualdade regional especialmente nas dimensões de acesso a bens de consumo e, principalmente, a bens e serviços de uso coletivo. Além disso, nota-se que esse é um quadro que sofre poucas alterações ao longo do período analisado, indicando a necessidade de se avançar no campo das políticas públicas de distribuição de renda, mas principalmente, naquelas que garantem a expansão da infraestrutura social.

*Palavras-chave.* Insuficiência Socioeconômica Multidimensional; Macrorregiões; Brasil; PNAD contínua.

### MULTIDIMENSIONAL SOCIOECONOMIC INSUFFICIENCY INDEX: A LOOK AT THE BRAZILIAN MACRO-REGIONS FROM 2016 TO 2019

**Abstract.** The article proposes to analyze the evolution of the Multidimensional Socioeconomic Insufficiency Index (MSII), a methodology developed by Trovão et al (2022), for the Brazilian geographic regions between 2016 and 2019. Furthermore, we explore the regional inequalities in terms of Multidimensional Socioeconomic Insufficiency (MSI) from its six dimensions: 1) Education; 2) Work; 3) Current income and equity; 4) Housing conditions; 5) Access to consumer goods for individual use; and 6) Access to public goods and services for collective use. The results point to the existence of a significant regional inequality, especially in the dimensions of access to consumer goods and, mainly, to goods and services for collective use. In addition, we noted that this situation has marginally altered over the period

<sup>1</sup> Esse artigo é um dos resultados do projeto “Observando a Insuficiência Socioeconômica Multidimensional no Brasil”, financiado CNPq/MCTI/FNDCT.

analyzed. This indicates the necessity to advance in the field of public policies for income distribution, but mainly, in those that guarantee the expansion of social infrastructure.

Keywords: Multidimensional Socioeconomic Insufficiency; Macroregions; Brazil; PNAD Contínua.

## ÍNDICE DE INSUFICIENCIA SOCIOECONÓMICA MULTIDIMENSIONAL: UNA MIRADA A LAS MACROREGIONES BRASILEÑAS DE 2016 A 2019

**Resumen.** El objetivo de este artículo es analizar la evolución del Índice de Insuficiencia Socioeconómica Multidimensional (IISM), metodología desarrollada por Trovão et al. (2022), para las principales regiones brasileñas en los años 2016 a 2019. Con base en esta metodología, buscamos explorar las desigualdades regionales en términos de Insuficiencia Socioeconómica Multidimensional (ISM) a partir de sus seis dimensiones: 1) Educación; 2) trabajo; 3) Renta corriente y patrimonio; 4) Condiciones de vivienda; 5) Acceso a bienes de consumo para uso individual; y 6) Acceso a bienes y servicios públicos de uso colectivo. Los resultados apuntan a la existencia de una importante desigualdad regional, especialmente en el acceso a bienes de consumo y, principalmente, a bienes y servicios de uso colectivo. Además, se advierte que esta es una situación que sufre pocos cambios a lo largo del período analizado, lo que indica la necesidad de avanzar en el campo de las políticas públicas de distribución del ingreso, pero principalmente, en aquellas que garanticen la ampliación de la infraestructura social.

Palabras clave: Insuficiencia Socioeconómica Multidimensional; Macrorregiones; Brasil; PNAD continua.

### 1. Introdução

O objetivo do presente artigo é fazer uma análise da evolução do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM), metodologia desenvolvida por Trovão et al. (2022), para as grandes regiões brasileiras nos anos de 2016 a 2019. Nesse período, o Brasil viveu os desdobramentos de uma das mais graves crises econômicas e políticas de sua história. Seus reflexos repercutiram na mudança do padrão de crescimento em um contexto de inflexão ultraliberal, em que se implementou um conjunto de políticas de austeridade, no bojo da retomada de uma agenda de reformas liberalizantes. Como resultado, tem-se um período de retração da atividade produtiva (2016), seguido de anos de baixo crescimento econômico (2017-2019). Segundo Ribeiro (2017), esse novo contexto tem enormes repercussões sobre a dinâmica regional e urbana brasileira, a partir da desconstrução do sistema de solidariedade territorial e da reconfiguração do conflito social.

Segundo Trovão et al. (2019), insuficiência socioeconômica multidimensional é um conceito que se revela como característica estrutural do modo de produção capitalista e que se apresenta com um dinamismo que o torna cumulativo, pois novos elementos somam-se, em vez de substituir aqueles que conformam o fenômeno. É um conceito complexo, que procura captar a essência de dois fenômenos multidimensionais, a saber, pobreza e desigualdade. Porém, mostra-se,

(...) mais amplo que o conceito de pobreza material ou monetária, pois implica múltiplas dimensões que escapam à visão tradicional de acesso a bens e serviços adquiridos no âmbito do mercado por intermédio da renda. Isso é, incorpora outras dimensões como aquelas que envolvem elementos demográficos, de acesso ao mercado de trabalho, acesso à proteção social e a bens e serviços cujo provimento se dá por meio de equipamentos e de políticas promovidas pelo Estado. Ademais, apresenta-se como um conceito que tenta capturar, ao criar uma sinergia entre as essências dos fenômenos: pobreza e desigualdade, a complexidade que tais fenômenos passaram a apresentar com a evolução do modo de produção capitalista (TROVÃO ET AL., 2022, p. 10).

Com esse artigo, procura-se contribuir com elementos concretos que possam servir de base para dar suporte ao enfrentamento dos desafios impostos pela questão regional no país, ao garantir um olhar para as diferenças no acesso a bens e serviços e evidenciar o padrão estrutural da desigualdade regional historicamente observada no Brasil.

Além dessa breve introdução, o presente estudo está subdividido em mais quatro seções. Uma que fará um breve resgate teórico sobre o tema das desigualdades regionais no Brasil, uma que se destina à apresentação da metodologia utilizada, outra que traz os principais resultados obtidos e, por fim, uma seção em que se faz algumas considerações finais.

## **2. A questão regional e as desigualdades no Brasil: uma breve revisão da literatura**

A rápida expansão econômica do Brasil a partir da década de 1930 teve como consequência o aumento das desigualdades entre suas regiões geográficas. Isso se deve ao fato de esse crescimento não ter ocorrido de forma homogênea. Durante o processo de industrialização do Brasil, o crescimento econômico proporcionou uma significativa concentração da estrutura produtiva, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, com destaque para o estado de São Paulo e sua região metropolitana. Vale destacar que a região Nordeste teve um desempenho abaixo da média quando se olha para a produção industrial, em um contexto em que nenhuma das regiões apresentou taxa de crescimento negativa (CANO, 2011).

Ao final da década de 1950, a questão regional teve maior destaque na discussão política nacional por dois motivos principais: o agravamento das secas no Nordeste em 1958-1959; e a concentração dos investimentos produtivos industriais em São Paulo a partir de 1956, que ampliou o hiato econômico entre o Nordeste e o Centro-Sul (CANO, 2011). Guimarães Neto (1997) destaca, também, as discussões e as lutas pelas reformas de base (agrária, urbana, universitária, tributária e nacionalização de alguns setores industriais) associadas ao crescimento das tensões sociais no campo e nas cidades no Nordeste, como outro elemento importante para a compreensão da questão regional.

Esse contexto levou à criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob o comando de Celso Furtado, que elaborou um diagnóstico sobre essa questão e propôs um conjunto de diretrizes para mudar a realidade da região e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1967). A SUDENE articulou o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento regional, cujo eixo principal era um projeto de industrialização para a região Nordeste, com base em incentivos fiscais e regulação do Estado. Suas atividades foram encerradas em 2001, sendo recriada em 2007. Vale destacar, ainda, a criação das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Sul

Segundo Cano (2011, p.27), o “desenvolvimento regional decorreu basicamente da industrialização, da política macroeconômica e de políticas de desenvolvimento regional”. De acordo com Brandão (2013, p. 60), essas políticas, no período de 1930 a 1970, tinham como base “um problema crucial para o desenvolvimento do conjunto das regiões de um país: as desigualdades de níveis e ritmos de crescimento das economias e, por extensão, de qualidade de vida das respectivas populações.” Seu escopo era centrado no desempenho econômico e seu objetivo era permitir a redução das desigualdades econômicas entre as regiões. Contudo, tais políticas foram sendo alteradas de forma a incluir novos setores e áreas de atuação, o que acabou por retirar o foco no setor industrial e consolidar novas frentes de atuação, afastando-se das proposições iniciais do GTDN. Muitas dessas políticas, pensadas para promover a redução das disparidades regionais, foram enfraquecidas ou extintas a partir da década de 1980.

Os anos de 1980 foram marcados pela chamada crise da dívida, em um contexto de elevação das taxas de juros internacionais, após o choque do petróleo de 1979. As finanças públicas ganharam protagonismo com as crises fiscais e financeiras do governo federal e dos entes subnacionais, colocando em xeque o padrão de financiamento do desenvolvimento vigente até então. O esforço feito para pagar a dívida dominou o debate econômico<sup>1</sup>. Nesse contexto, a política regional deixou de ter um olhar macrorregional e passou a promover políticas locais, com foco na competitividade e na inserção externa de áreas mais dinâmicas, com resultados pouco prováveis para modificar a produtividade das regiões mais pobres, por ela anteriormente

impulsionadas. Ademais, mostrou-se insuficiente para reduzir significativamente o nível de pobreza e de desigualdade nos mercados de trabalho entre as regiões (MONTEIRO NETO, 2013; CANO, 2011). Em síntese, com a crise dos anos de 1980, as políticas nacionais de desenvolvimentos regionais se enfraqueceram e perderam espaço no âmbito político e econômico (BRANDÃO, 2013).

De acordo com Monteiro Neto (2013, p.122), o “modelo gestado e aplicado entre as décadas de 1950 e 1980 se encontrava, à época, esgotado. Suas instituições e seus recursos se encontravam fragilizados pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro dos anos 1980”. Os avanços e os limites do processo de redução das desigualdades regionais reacenderam o debate sobre a importância de políticas orientadas para a solução dos desafios impostos pela questão regional durante a Constituinte. Tornou-se evidente a necessidade de se planejar novas estratégias para superar ou mitigar as estruturais e profundas desigualdades regionais. Esse foi o pano de fundo da criação dos fundos constitucionais.

Após a Constituição de 1988, houve a ampliação do debate em torno da necessidade de se alcançar a melhoria das condições de vida da população e a redução da desigualdade de renda (MONTEIRO NETO, 2017). Isso fica evidente nos objetivos fundamentais da República definidos no artigo 3º da Constituição Cidadã: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”.

Segundo Brandão (2013, p. 60) “(...) as teorias e políticas foram aos poucos superando a visão centrada exclusivamente na economia e terminaram por incorporar novas dimensões, particularmente as sociais e, mais recentemente, ambientais”. Para esse autor, o termo políticas de desenvolvimento regional deveria ser substituído por “políticas regionais”, pois esse remete para questões que “estão mais próximas de uma moderna acepção holística, que abrange destacadamente o social, o ambiental e outras dimensões”.

Diante das distintas crises dos anos 1990, mudanças expressivas marcaram os rumos da economia mundial, dentre elas, a desestruturação do bloco das economias socialistas e o fortalecimento dos ideais neoliberais (SILVA, 2013). Na última década do século XX, a política macroeconômica passou a seguir os preceitos contidos no chamado Consenso de Washington (CANO, 2011). De modo geral, suas bases estavam pautadas por: abertura comercial e econômica, ampliação do livre mercado e implantação de políticas de controle fiscal. A inevitabilidade da aplicação desse receituário para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico na América Latina apareceu como discurso recorrente nos espaços de debates econômico e político no Brasil e em outros países da região.

Nas palavras de Robson Dias da Silva:

Essas medidas conduziram o país a maior estabilidade monetária, mas trouxeram, quase que como moeda de troca, outros efeitos não desejados, dentre os quais a expansão da dívida pública interna, o aumento do desemprego, a desestruturação e precarização do mercado de trabalho e, em termos territoriais, um verdadeiro ambiente concorrencial que em quase nada se assemelhava à “busca de melhor eficiência e ganhos de produtividade” geral, mas sim a um espírito de “salve-se quem puder”, muito bem exemplificado pelo conjunto de medidas de cunho localista, muitas das vezes sobrepostas aos interesses que devem nortear a federação (SILVA, 2013, p.109).

Sob ótica espacial, de acordo com Araújo,

Ao invés de consolidar a integração do mercado interno, processo que se vinha acelerando nas décadas anteriores, passa-se a priorizar a inserção no mercado mundial das empresas, segmentos e espaços econômicos mais competitivos. O choque de competitividade aplicado ao tecido produtivo nacional, com as diversas políticas adotadas nos anos 90 — em especial com a política de abertura comercial e a política cambial dos primeiros anos do Plano Real —, força muitas empresas a se reestruturarem, e as que não o conseguem tendem a desaparecer, fundindo-se a outras ou fechando (ARAÚJO, 1999, p.14).

Assim, a primeira década de políticas neoliberais resultou, sob o prisma macrorregional, em uma forte concorrência na busca para atrair investimentos entre os estados e os municípios brasileiros, o que se materializou na chamada “guerra fiscal” (CANO, 2011, p.37). Esse acirramento da competição entre regiões terminou por contribuir para consolidar um padrão que desconcentra a atividade produtiva, porém, de forma espúria (CANO, 2011), ampliando desigualdades econômicas e sociais dentro das regiões.

O início dos anos 2000 marca uma mudança nesse panorama, com a retomada da atividade econômica brasileira, sobretudo entre 2004 e 2010. Segundo Trovão et al. (2019), esse processo foi acompanhado pelo aumento real da renda média das famílias e pela redução do desemprego, tendo como impulso adicional a expansão do crédito para empresas e famílias, o que contribuiu para a atração de investimentos públicos e privados e para a promoção do dinamismo especialmente nas regiões mais atrasadas, a saber, Norte e Nordeste. Houve, também, importantes investimentos públicos em infraestrutura econômica e social, com destaque para os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, que garantiram um dinamismo relativamente maior nessas regiões. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) também contribuiu para esse processo ao trazer benefícios para os produtores familiares.

O Nordeste abriga a maioria dos produtores familiares do país, o que faz com que o PRONAF proporcione oportunidades de geração de emprego e renda nessa região, assim como também para a região Norte e Sul, onde esse segmento é bem representativo e organizado (ARAÚJO, 2013, p.42).

Em paralelo, ressalta-se a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em 2007 e reformulada em 2012, enquanto tentativa de retomada das políticas explícitas de desenvolvimento regional. As diretrizes da PNDR passaram a considerar novas dimensões para além da renda ampliando seu foco a partir de uma abordagem multidimensional e multiescalar sobre o tema.

No entanto, como destacado por Araújo (2013), foram as políticas implícitas as mais importantes para a redução das desigualdades entre as regiões brasileiras no período, como é o caso das: políticas de transferência de renda, política de interiorização das instituições de ensino superior e política de valorização do salário mínimo (que tem alto peso nas regiões mais pobres e é o piso para o Benefício de Prestação Continuada e a previdência). Vale destacar, também, a retomada dos investimentos públicos e privados para fora do Sul e Sudeste, por meio do PAC, da Petrobras, de projetos financiados pelo BNDES e do programa Minha Casa Minha Vida.

De modo geral, um dos principais desafios da sociedade brasileira ainda é a redução das desigualdades regionais. Apesar de as regiões Norte e Nordeste terem melhorado nas últimas décadas, permanecem desafios históricos e estruturais que que marcam condições socioeconômicas desiguais em diversas dimensões.

Como aponta Galvão (2013),

Os desníveis de desenvolvimento entre as regiões resultaram muitas vezes de opções deliberadas de política que privilegiaram determinadas localidades como preferenciais para receber investimentos produtivos externos e até mesmo defenderam a concentração de atividades em alguns poucos lugares como forma de evitar a dispersão de esforços e favorecer o aproveitamento de economias de aglomeração. As dotações desiguais de fatores de produção, as condições contrastantes de infraestrutura, as disponibilidades variadas de recursos humanos e toda uma gama de instituições de suporte (bancos, institutos de pesquisa, posturas governamentais e diversas outras instituições que tendem a fazer a diferença) cobram seu preço na trilha histórica de desenvolvimento de cada região (GALVÃO, 2013, p. 62).

A seguir, apresenta-se a metodologia que permitirá uma investigação da evolução da desigualdade regional recente no Brasil baseada no conceito de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Os principais resultados dessa investigação sob a ótica macrorregional tendem

a reforçar a existência de uma expressiva desigualdade estrutural, dinâmica e histórica que tem afetado de forma recorrente as populações das distintas regiões brasileiras, especialmente, em termos de acesso a bens, serviços que contribuem para a reprodução da vida em sociedade.

### **3. Base de dados e Metodologia**

O IISM é um indicador que permite uma abordagem ampla para a chamada de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Sua principal contribuição é “dar suporte a estudos e análises que procuram explorar informações captadas por pesquisas domiciliares” (TROVÃO ET AL, 2022, p. 11)

Neste artigo, utilizam-se as PNADs Contínuas de divulgação anual em primeiras visitas dos anos de 2016 a 2019. Essas são pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que disponibilizam um conjunto de informações de caráter estrutural, que contemplam temas como condições de vida, habitação e demografia, essenciais para a construção desse índice.

O IISM permite que se avalie o grau ou nível de insuficiência socioeconômica multidimensional das macrorregiões brasileiras a partir de seis dimensões: 1) Educação; 2) Trabalho; 3) Renda corrente e patrimônio; 4) Condições habitacionais; 5) Acesso a bens de consumo de uso individual; e 6) Acesso a bens e serviços públicos de uso coletivo. Cada uma dessas dimensões é composta por distintos indicadores que são agregados por dimensão e passam a representar a proporção de domicílios em insuficiência em cada uma delas (Ver Quadro 1).

Quadro 1 – Dimensões, indicadores do IISM e nomes das variáveis

Dimensão	Indicador	Nome da Variável
Educação	- Presença no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais analfabetas - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos fora da escola - Presença no domicílio de pessoas de 6 a 17 anos de idade em defasagem escolar - Ausência no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais com, no mínimo, ensino médio completo	adulto_analf jovem_fora_escola jovem_em_defas0617 sem_ensi_med_comp
Trabalho	- Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais desocupadas - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais em situação de desalento - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais subocupadas - Presença no domicílio de pessoas de 14 anos ou mais na informalidade	desalento desocup subocup informal
Renda e patrimônio	- Rendimento domiciliar per capita inferior a linha de pobreza extrema (0.25 do salário mínimo) - Rendimento domiciliar per capita inferior a linha de pobreza (0.5 do salário mínimo) sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo - Presença no domicílio de pessoas de 65 anos de idade ou mais sem aposentadoria ou pensão - Ausência de registro de propriedade do domicílio em nome de qualquer um de seus moradores	ext_pobreza pobreza_sem_assist idoso_sem_apos sem_propriedade
Condições habitacionais	- Ausência de material apropriado na composição das paredes do domicílio (alvenaria ou madeira apropriada) - Ausência de sanitário de uso exclusivo dos moradores do domicílio - Utilização de lenha ou de combustível inadequado para a preparação de alimentos no domicílio	sem_parede sem_sanitario sem_combust_fogao
Acesso a bens de consumo	- Ausência no domicílio de ao menos um telefone (fixo ou móvel) - Ausência no domicílio de ao menos uma geladeira ou freezer - Ausência no domicílio de ao menos uma máquina de lavar roupas - Ausência no domicílio de ao menos uma televisão - Ausência no domicílio de ao menos um computador - Ausência no domicílio de acesso à internet - Ausência no domicílio de ao menos um veículo (motocicleta ou automóvel)	sem_telefone sem_geladeira sem_maq_lavar sem_tv sem_pc sem_internet sem_veiculo
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	- Ausência no domicílio de água proveniente da rede geral de abastecimento e distribuição - Ausência no domicílio de destino apropriado para o esgoto sanitário (rede geral ou fossa séptica) - Ausência no domicílio de serviço de coleta de lixo - Ausência de energia elétrica	sem_agua_rede sem_esgoto sem_col_lixo sem_eletric

Fonte: Trovão et al (2022).

A disposição dos valores dos percentuais no plano cartesiano forma um polígono de seis lados. O indicador sintético é representado pela razão entre as raízes quadradas da área do polígono observado e a de um polígono hipotético que representaria a máxima insuficiência socioeconômica multidimensional (ISM). Esse polígono de máxima ISM assume a forma de um hexágono regular com distância entre os vértices e seu centro igual a um. Esses valores representam uma situação em que 100% dos domicílios apresentam insuficiência socioeconômica em cada uma das dimensões.

Segundo os autores, o IISM foi pensado para quantificar de forma sintética a relação entre uma situação observada qualquer em termos de ISM e o máximo grau de ISM, ou seja, a pior situação possível, o que em termos visuais é representado pelo hexágono regular de lado igual a um. Mais que isso, como a área do polígono observado é sempre inferior a área máxima, o IISM é um indicador que varia de zero a um. A interpretação que se pode fazer de seus valores é similar a outros indicadores como por exemplo o índice de Gini, isto é, quanto mais próximo de um, pior, e portanto, maior a ISM. Já, quanto mais próximo de zero, melhor, ou seja, menor a ISM. Em

termos visuais, quanto menor for o valor de IISM, menor será a área do polígono observado. Por outro lado, quanto maior o IISM, maior a área do polígono, sendo seu limite superior, a área e a forma do hexágono regular representativo da máxima ISM.

#### 4. ISM e Desigualdades macrorregionais no Brasil de 2016 a 2019

Nesta seção, serão analisados e apresentados os resultados obtidos para as estimativas do IISM para os anos de 2016 a 2019. Inicialmente, foram estimados com base na expansão amostral da PNAD Contínua os indicadores que compõem cada uma das dimensões por macrorregião. Os dados estão dispostos nos Anexos 1 a 4.

As estimativas referentes ao ano de 2016 mostram que as grandes regiões com os valores mais elevados, para a maioria dos indicadores, são Norte e Nordeste. Vale destacar que a região Norte possui um percentual estimado de domicílios com ausência de equipamentos apropriados que definem a dimensão de acesso a bens e serviços de uso coletivo que é maior que o dobro do observado para média nacional. O indicador Ausência no domicílio de destino apropriado para o esgoto sanitário (rede geral ou fossa séptica) exemplifica esse cenário, pois possui uma estimativa significativamente maior (77,5% de domicílios) quando comparada à média nacional (32,6%). Nesse mesmo indicador, a região Sudeste apresentou o menor percentual, apenas 10,7%. Essas mesmas diferenças manifestam-se em outros indicadores dessa dimensão como são os casos do acesso à água tratada *via* rede geral e à coleta de lixo (Anexo 1).

Na dimensão educação, na variável Presença no domicílio de pessoas de 18 anos ou mais analfabetas (*adult\_analf*), a região Nordeste aparece com o maior percentual para a estimativa desse indicador, ou seja, cerca de 25,9% dos domicílios da região têm ao menos um adulto analfabeto. Esses valores ficam acima da média nacional (12,8%) e das outras macrorregiões brasileiras (Anexo 1).

Na dimensão renda e patrimônio, destacam-se as variáveis Rendimento domiciliar per capita inferior a linha de pobreza extrema (*ext\_pobreza*), definida como  $\frac{1}{4}$  do valor do salário mínimo, e Rendimento domiciliar per capita inferior a linha de pobreza sem qualquer benefício ou assistência monetária por parte do governo, definida como  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (*pobreza\_sem\_assist*). Esses indicadores apresentaram percentuais significativamente maiores que a média do Brasil para as regiões Norte e Nordeste (Anexo 1).

A dimensão Trabalho corrobora essas disparidades. As regiões Norte e Nordeste apresentavam, em 2016, uma proporção significativamente maior de domicílios com ao menos uma pessoa desalentada, subocupada ou na informalidade quando comparadas à média nacional (Anexo 1).

Na dimensão Condições habitacionais, essa realidade não é muito diferente. A exemplo do indicador de ausência de material adequado na constituição das paredes do domicílio, Nordeste e Norte apresentavam, em 2016, percentuais de domicílios em insuficiência com valores que se mostravam de duas a três vezes maior que a média nacional (Anexo 1).

Quanto à Dimensão Acesso a bens de consumo, essas desigualdades também se manifestam de forma evidente, ainda que, tais diferenças mostrem-se mais acentuadas em alguns indicadores que em outros, como são os casos da ausência de geladeira e de televisão (Anexo 1). Deve-se destacar, ainda, que os indicadores de ausência de máquina de lavar e de computador pessoal nos domicílios indicam que o acesso a esses bens ainda é expressivamente restringido às populações mais pobres, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Do ponto de vista da evolução no tempo, os dados apresentados na Tabela 1 indicam que a evolução da ISM, nesse período, não foi uniforme para todas as dimensões e regiões. À exceção da dimensão educacional, verificou um movimento de melhora em todos os indicadores e em todas as regiões, com maior intensidade no Norte e no Nordeste. Isso indica uma diminuição das

desigualdades regionais no país, ao menos nessa dimensão entre 2016 e 2019. Porém, esse é processo heterogêneo, em que ocorreram melhorias em alguns indicadores de algumas dimensões, a exemplo do acesso ao serviço de internet e a veículos, e piora em outros, como é o caso do acesso a computador pessoal e a combustível adequado para o fogão usado no domicílio (Ver Tabela 1).

Mais que isso, nas dimensões “Trabalho” e “Renda e patrimônio”, o que se viu foi uma piora generalizada dos indicadores, com exceção de alguns indicadores de algumas regiões que mostraram uma leve melhora. Na dimensão Trabalho, os destaques negativos vão para os indicadores de subocupação e de informalidade, o que confirma que a lenta recuperação econômica que se observou entre 2017 e 2019 deu-se com base na elevação da precarização no mercado de trabalho nacional.

Por fim, cabe destacar que uma das principais dimensões que condicionam a qualidade de vida da população brasileira e que exige estratégias de políticas públicas para o seu enfrentamento, a saber, o acesso a bens e serviços públicos, pouco ou nada avançou para reduzir a ISM entre 2016 e 2019.

Tabela 1 – Diferença em pontos percentuais (p. p.) entre a proporção de domicílios segundo indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional entre 2016 e 2019. Brasil e Macrorregiões, 2016-2019.

Dimensão	Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Educação	adult_analf	-1,3	-2,2	-0,5	-0,6	-0,9	-1,1
	jovem_fora_escola	-0,5	-0,8	-0,3	-1,0	-0,2	-0,6
	jovem_em_defas0617	-2,7	-2,3	-2,1	-1,9	-1,2	-2,1
	sem_ens_med_comp	-5,1	-4,6	-2,4	-3,1	-4,1	-3,4
Trabalho	desalento	1,6	3,0	0,4	0,3	0,6	1,2
	desocup	0,0	0,1	0,4	-0,2	0,5	0,2
	subocup	2,7	3,0	2,3	1,5	2,0	2,4
	informal	1,9	-0,6	3,5	1,3	2,7	2,0
Renda e patrimônio	ext_pobreza	1,0	1,6	0,5	0,3	0,6	0,8
	pobreza_sem_assist	-0,1	0,0	0,2	-0,4	-0,1	0,1
	idoso_sem_apos	0,6	0,5	0,2	0,2	0,4	0,3
	sem_propriedade	2,1	1,0	2,0	1,0	2,3	1,6
Condições habitacionais	sem_parede	-0,6	-0,4	0,1	-0,1	-0,2	-0,1
	sem_sanitario	6,4	1,0	-0,0	-0,2	0,0	0,7
	sem_combust_fogao	6,5	3,5	3,3	3,4	-0,8	3,3
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	-1,7	-1,8	-0,3	-0,6	-0,1	-0,8
	sem_geladeira	0,2	0,1	0,0	-0,1	0,2	0,1
	sem_maq_lavar	-3,1	-3,6	-2,3	-2,4	-6,6	-2,9
	sem_tv	2,5	1,7	0,8	0,5	1,7	1,2
	sem_pc	2,4	3,3	6,5	5,4	3,7	5,0
	sem_internet	-16,8	-20,5	-13,2	-16,0	-17,0	-16,1
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_veiculo	-1,0	-1,7	-1,7	-1,4	-2,6	-1,6
	sem_agua_rede	-0,1	-0,2	0,2	0,4	0,8	0,2
	sem_esgoto	-6,3	-0,1	0,3	-3,7	-5,3	-1,2
	sem_col_lixo	-0,4	-2,5	-0,5	-0,5	0,0	-0,9
	sem_eletric	-0,1	0,0	-0,0	0,0	-0,0	0,0

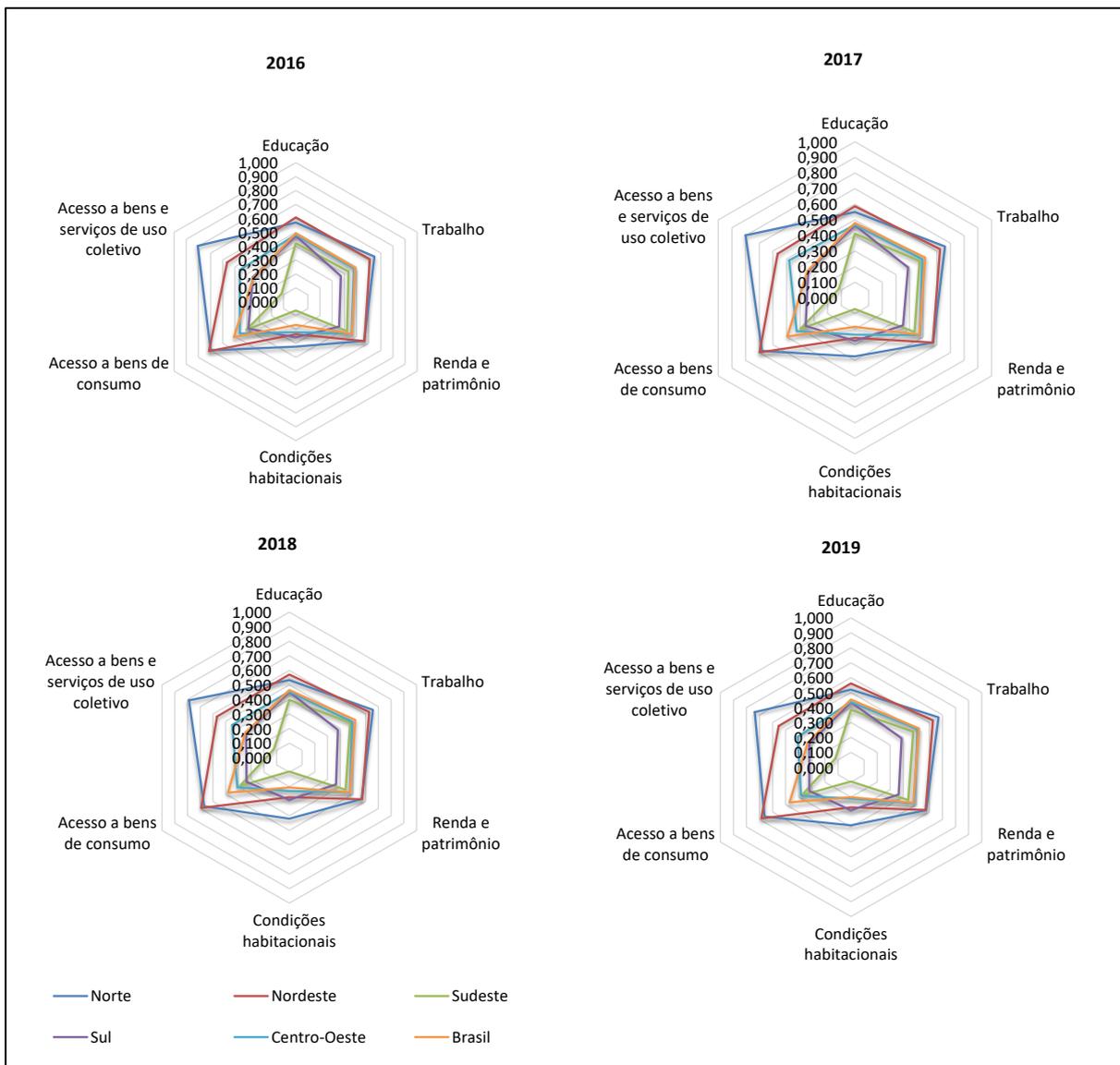
Fonte: Elaboração dos Autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016-2019.

A metodologia desenvolvida por Trovão et al (2022) tem como vantagem a possibilidade de visualização de um fenômeno multidimensional, em apenas duas dimensões. A Figura 1 traz os polígonos que surgem da disposição gráfica no plano cartesiano da agregação dos indicadores por dimensões do IISM para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Esse instrumento visual permite que se façam, à primeira vista, duas constatações. A primeira é a de que poucas transformações puderam ser vistas nesse curto período de tempo, indicando que transformações mais estruturais demandam tempo, políticas públicas estratégicas, como é o caso dos investimentos em infraestrutura social, e dinamismo econômico, um dos principais responsáveis para modificar os indicadores das dimensões Trabalho e Renda e

patrimônio. A segunda constatação é a de que as desigualdades macrorregionais permanecem elevadas, com Norte e Nordeste apresentando níveis de insuficiência socioeconômica multidimensional significativamente superiores à média nacional e a das demais regiões. Isso pode ser verificado porque as áreas dos polígonos dessas regiões são relativamente maiores que as das demais.

Figura 1 – Polígonos observados com as proporções de domicílios em insuficiência socioeconômica segundo dimensões do IISM entre 2016 e 2019. Brasil e Macrorregiões, 2016-2019.



Fonte: Elaboração dos Autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016-2019.

Os resultados das estimativas agregados por dimensão demonstram a polarização que opõe, de um lado, as regiões Norte e Nordeste com maiores proporções de domicílios em situação de insuficiência socioeconômica (áreas dos polígonos maiores), e, de outro, as regiões Sudeste e Sul, com os menores valores (áreas dos polígonos menores). Não se pode deixar de notar que a dimensão em que se verificam as maiores desigualdades é a de acesso a bens e serviços públicos enquanto aquela com menores desigualdades é a educacional.

Esses resultados apenas confirmam que educar a população é uma condição necessária, porém, insuficiente para alterar o quadro estrutural de desigualdade e de ISM no Brasil. Mais que

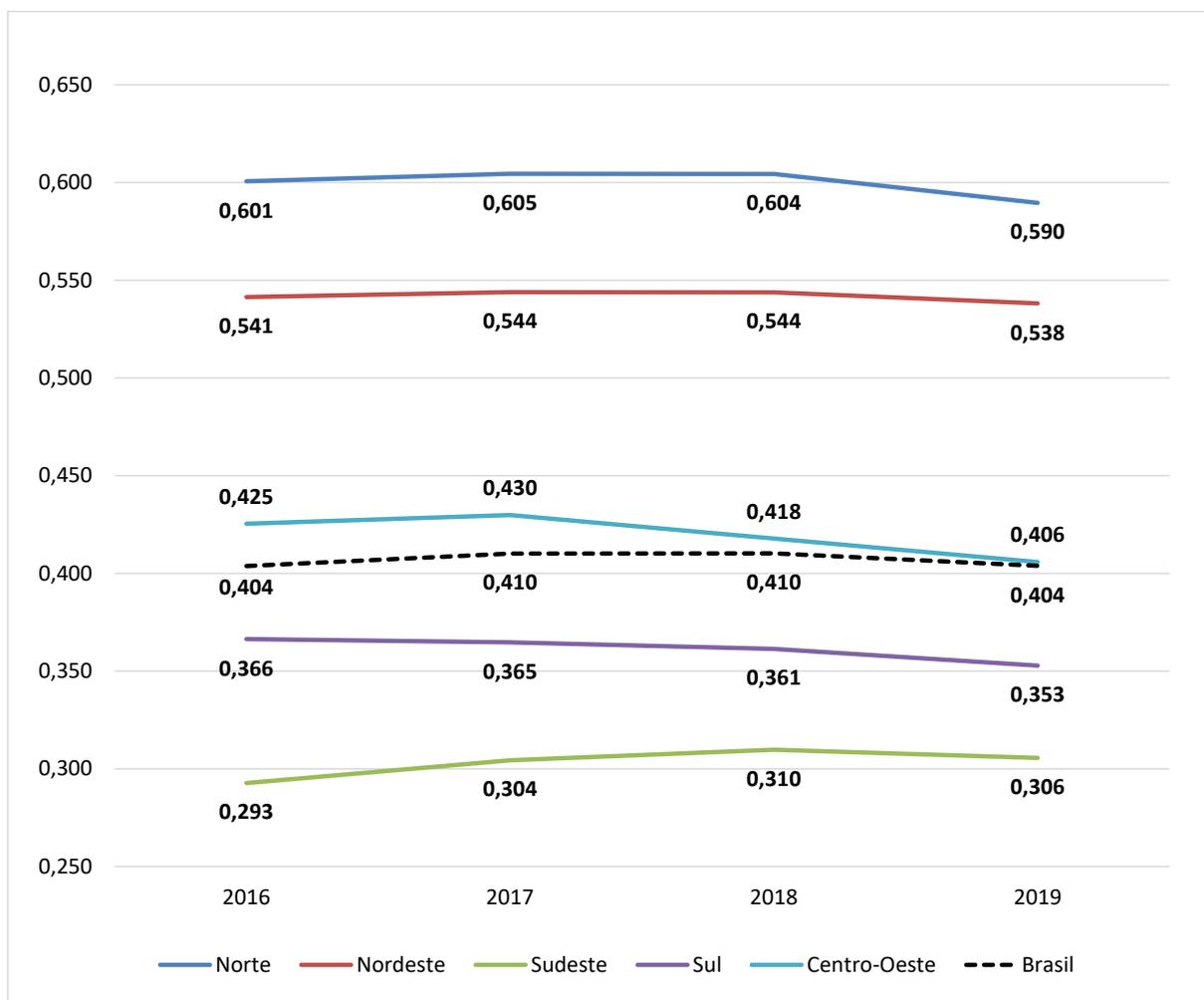
isso, os esforços feitos em termos de melhorias na educação no país parecem estar sendo desperdiçados por uma condição econômica de baixo dinamismo, em que a atividade produtiva se mostra incapaz de absorver uma população que tem ampliado seus níveis educacionais. Isso representa uma perda de oportunidade para ampliar a produtividade econômica do país e um desperdício de potencial, em termos de força de trabalho, conquistado pelos brasileiros nos últimos anos.

As estimativas para o Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) são apresentadas no Gráficos 1. No Brasil como um todo, nota-se uma tendência de elevação do IISM entre 2016 e 2017, estabilidade entre 2017 e 2018, com ligeira redução em 2019. Os dados, assim, mostram relativa estabilidade para a média nacional no período. No entanto, entre as regiões, isso se mostra ligeiramente diferente. Ainda que não se verifiquem mudanças expressivas do IISM, nota-se um movimento de redução nas regiões Norte, Nordeste, Sul e, principalmente, no Centro-Oeste (após 2017), em detrimento de um aumento do IISM no Sudeste.

A síntese possibilitada pela estimativa do IISM confirma a complexidade da condição de expressivas desigualdades estruturais e multidimensionais observadas entre as macrorregiões brasileiras. Norte e Nordeste permanecem como aquelas de maior nível de ISM, vis-à-vis às regiões Sul e, principalmente, à Sudeste, tendo essa última apresentado os menores níveis de ISM entre todas as regiões, ainda que esses tenham aumentado no período recente na região. Já o Centro-Oeste foi o que demonstrou uma condição que mais se aproximou da média nacional (seu valor converge para a média no período de 2016 a 2019).

Essas estimativas, ainda, apontam para um movimento de melhora generalizada para todas as regiões no nível de ISM entre 2018 e 2019. Esse movimento, certamente foi interrompido pela crise socioeconômica imposta pela pandemia da Covid-19, que afetou o país e o mundo em 2020 e 2021. Trovão e Leite (2020) mostraram que o programa de auxílio emergencial, na amplitude em que foi feito em 2020, contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade naquele ano. No entanto, sua extinção, no início de 2021, e seu retorno em extensão e em volume muito inferiores no segundo trimestre de 2021 fizeram com que os níveis de pobreza e de desigualdade retornassem ao mesmo patamar ou até se ampliassem ao final daquele ano. Certamente, o IISM, que é um indicador que procura captar dimensões estruturais e conjunturais do fenômeno da insuficiência socioeconômica multidimensional, será afetado negativamente, especialmente nas dimensões Trabalho e Renda e patrimônio<sup>ii</sup>.

Gráfico 1 – Polígonos observados com as proporções de domicílios em insuficiência socioeconômica segundo dimensões do IISM entre 2016 e 2019. Brasil e Macrorregiões, 2016-2019.



Fonte: Elaboração dos Autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016-2019.

Os próximos passos para dar continuidade a esse estudo exigem que os dados da PNAD Contínua anuais, agregados nas primeiras visitas da pesquisa, para os anos de 2020 e 2021, sejam divulgados pelo IBGE. A ideia é que esse indicador possa ser acompanhado de forma recorrente por pesquisadores que estão preocupados em monitorar a ISM, a pobreza e as desigualdades no país. Isso pode contribuir para orientar a elaboração e o monitoramento das necessárias políticas públicas na busca pela superação dos desafios que tais fenômenos impõem à sociedade brasileira.

## 5. Considerações Finais

O artigo procurou apresentar as estimativas do Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM) para os dados da PNAD Contínua no Brasil e em suas macrorregiões entre os anos de 2016 e 2019. Concebido para representar a Insuficiência Socioeconômica enquanto um fenômeno multidimensional, o IISM pode contribuir para o debate nacional em torno da elaboração e do monitoramento de políticas públicas que levem à mitigação dos problemas provocados pela expressiva condição de desigualdade regional no país. Mais que isso, o IISM pode contribuir para conceber políticas que enfrentem os desafios em termos agregados, mas também, de forma compartimentada por dimensão.

Os resultados apresentados no presente artigo demonstram e confirmam a existência de uma expressiva desigualdade em termos de acesso a bens e serviços de uso coletivo e de condições habitacionais entre as distintas regiões geográficas no Brasil. Essa disparidade é confirmada pela maior proporção de domicílios em insuficiência socioeconômica multidimensional nas Regiões Norte e Nordeste, comparativamente às regiões Sul e Sudeste. Ademais, o artigo mostrou que não se verificaram mudanças expressivas em termos de ISM entre 2016 e 2019. O processo mostrou-se heterogêneo, com o avanço para diminuir o nível de insuficiência em algumas dimensões (Consumo de bens de uso individual, por exemplo), e a regressão em outras como é o caso da dimensão Trabalho.

Em síntese, o propósito deste artigo foi contribuir com elementos concretos que possam servir de base para dar suporte ao enfrentamento dos desafios impostos pela questão regional no país, ao garantir um olhar para as diferenças no acesso a bens e serviços públicos, evidenciando o padrão estrutural da desigualdade regional historicamente observada no Brasil.

Com as divulgações de novos dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), será possível desenvolver de forma recorrente novas estimativas baseadas nessa metodologia. Monitorar o IISM pode contribuir com gestores de políticas públicas em sua busca por mitigar os problemas que surgem recorrentemente com o avanço da sociedade e do próprio modo de produção capitalista.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, T. B. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, (2), 1999.

ARAÚJO, T. B. Tendências do desenvolvimento regional recente no Brasil. In: Brandão, C. A.; Siqueira H, organizadores. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, 39-51.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, C. A. Pacto federativo, reescalamento do Estado e desafios para a integração e coesão regionais e para legitimar políticas de desenvolvimento regional no Brasil. In: BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (orgs). Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional, São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, 13(2), 2011, 27-53.

CANO, W. Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico pós-1930. In: Cano, W. Ensaios sobre a crise urbana do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

GALVÃO, A. C. F. Por que apoiar políticas de desenvolvimento regional? Ideias sobre alguns dos dilemas atuais do desenvolvimento In. Brandão, C. A.; Siqueira, H. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2ª. Edição. Recife, 1967.

GUIMARÃES NETO, L. Trajetória econômica de uma região periférica. **Revista ESTUDOS AVANÇADOS**, n. 11 (29). São Paulo, 1997.

NETO, A. M., BRANDÃO, C. A., & CASTRO, C. N. Desenvolvimento Regional Brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI. IN: MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO,

C. N. Orgs. Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

MONTEIRO NETO, A. Política de Desenvolvimento Regional: questão periférica no pacto federativo brasileiro. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. In. BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. Texto para discussão interna – INCT Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro, dez. 2017.

SILVA, R. D. Recursos naturais não renováveis e desenvolvimento regional: apontamentos para o caso brasileiro. In. BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

TOPPAN, R. N. ST 10 A questão regional brasileira: notas sobre a variação das disparidades entre as regiões a partir do avanço das políticas neoliberais. Anais ENANPUR, 2017, 17(1).

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. Desigualdades brasileiras nos anos 2000: uma abordagem multidimensional. **Geosul**, 34(70), 2019, 56-86.

TROVÃO, C. J. B. M.; LEITE, F. P. Income inequality in pandemic times: an analysis of the decomposition of the Gini Index from PNAD COVID19. **BRAZILIAN KEYNESIAN REVIEW**, v. 6, p. 313-327, 2020.

TROVÃO, C. J. B. M.; SILVA JUNIOR, A. H. M.; ARAÚJO, J. B. Índice de Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (IISM): uma aplicação para a PNAD Contínua no Brasil de 2019. Texto para discussão 007. Natal: Departamento de Economia, 2023.

## Anexos

Anexo 1 - Proporção de domicílios segundo indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Brasil e Macrorregiões, 2016.

Dimensão	Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Educação	adult_analf	16,1	25,9	7,0	6,5	9,9	12,8
	jovem_fora_escola	3,3	2,9	1,8	2,2	2,1	2,3
	jovem_em_defas0617	21,3	17,6	13,1	12,8	13,8	14,9
	sem_ens_med_comp	42,3	47,2	30,7	38,5	36,6	37,5
Trabalho	desalento	5,1	8,7	2,2	1,5	2,1	4,0
	desocup	15,0	15,5	15,9	10,4	13,4	14,7
	subocup	8,2	10,3	5,2	4,5	4,1	6,5
	informal	53,2	45,5	29,6	26,8	36,8	35,6
Renda e patrimônio	ext_pobreza	18,5	19,9	5,4	4,1	5,2	9,9
	pobreza_sem_assist	40,7	42,2	15,6	12,3	17,0	24,0
	idoso_sem_apos	2,4	2,1	3,8	2,6	3,0	3,0
	sem_propriedade	22,8	23,4	29,5	25,7	34,0	27,2
Condições habitacionais	sem_parede	3,4	2,0	0,2	1,2	1,0	1,1
	sem_sanitario	3,7	4,2	0,3	0,4	0,3	1,6
	sem_combust_fogao	29,6	22,0	5,9	24,7	21,2	15,9
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	11,4	10,6	3,2	2,8	2,2	5,6
	sem_geladeira	7,1	3,3	0,8	0,6	1,0	1,9
	sem_maq_lavar	59,0	66,8	23,4	16,6	33,0	37,1
	sem_tv	6,2	3,6	1,7	2,1	2,7	2,7
	sem_pc	71,4	69,2	44,0	44,6	51,8	53,3
	sem_internet	44,4	48,8	26,9	32,3	30,9	35,0
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_veiculo	49,8	50,2	39,4	27,8	30,4	40,5
	sem_agua_rede	20,0	11,6	3,6	5,0	4,4	7,2
	sem_esgoto	77,5	51,8	10,7	34,9	45,3	32,6
	sem_col_fixo	20,6	19,8	3,4	5,6	7,3	9,6
	sem_eletric	1,3	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2

Fonte: Elaborado pelos autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2016. Elaboração Própria.

## Anexo 2 - Proporção de domicílios segundo indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Brasil e Macrorregiões, 2017.

Dimensão	Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Educação	adult_analf	16,1	25,1	7,0	6,9	9,7	12,6
	jovem_fora_escola	3,3	2,7	1,7	1,9	2,2	2,1
	jovem_em_defas0617	20,5	16,8	12,3	11,7	13,4	14,1
	sem_ensi_med_comp	39,8	45,3	30,5	37,8	35,8	36,6
Trabalho	desalento	6,5	10,2	2,5	1,6	2,5	4,7
	desocup	15,3	16,6	17,6	11,2	13,9	15,9
	subocup	10,4	12,9	6,4	5,6	5,5	8,2
	informal	52,7	45,0	32,0	28,0	38,0	36,8
Renda e patrimônio	ext_pobreza	18,7	21,6	6,2	4,6	5,9	10,9
	pobreza_sem_assist	40,3	42,9	16,8	12,4	17,1	24,7
	idoso_sem_apos	2,5	2,3	3,9	2,9	2,9	3,2
	sem_propriedade	24,1	23,4	30,5	24,7	35,3	27,7
Condições habitacionais	sem_parede	3,4	1,8	0,3	1,7	1,0	1,2
	sem_sanitario	9,2	5,5	0,4	0,4	0,4	2,4
	sem_combust_fogao	33,5	24,1	6,7	26,3	22,9	17,5
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	10,8	10,0	3,1	2,7	2,1	5,4
	sem_geladeira	6,9	3,5	0,7	0,6	1,2	1,9
	sem_maq_lavar	59,5	66,0	22,6	15,6	31,6	36,3
	sem_tv	7,3	4,2	2,1	2,5	3,7	3,2
	sem_pc	71,7	69,9	47,5	47,6	53,4	55,6
	sem_internet	36,0	40,6	21,5	25,6	22,6	28,3
	sem_veiculo	48,8	50,0	39,2	27,0	28,6	40,1
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	21,2	12,1	3,8	5,6	5,3	7,6
	sem_esgoto	78,0	52,8	11,1	33,9	47,5	33,2
	sem_col_lixo	20,1	18,5	3,3	5,3	7,5	9,2
	sem_eletric	1,1	0,5	0,0	0,0	0,2	0,2

Fonte: Elaborado pelos autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017. Elaboração Própria.

## Anexo 3 - Proporção de domicílios segundo indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Brasil e Macrorregiões, 2018.

Dimensão	Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Educação	adult_analf	15,2	24,4	6,6	6,4	9,3	12,0
	jovem_fora_escola	3,1	2,4	1,6	1,5	1,9	1,9
	jovem_em_defas0617	19,4	15,9	11,6	11,3	13,0	13,4
	sem_ensi_med_comp	38,1	43,3	29,1	36,9	34,5	35,1
Trabalho	desalento	7,4	11,5	2,8	1,9	2,8	5,3
	desocup	15,7	16,3	16,7	10,4	12,4	15,2
	subocup	10,1	13,2	7,3	5,9	6,1	8,7
	informal	52,4	45,0	33,2	27,9	38,0	37,3
Renda e patrimônio	ext_pobreza	18,8	21,1	6,2	4,7	5,8	10,8
	pobreza_sem_assist	40,2	42,1	16,1	12,6	16,8	24,2
	idoso_sem_apos	2,6	2,3	4,0	2,9	2,8	3,2
	sem_propriedade	24,4	24,8	31,5	26,1	36,2	28,8
Condições habitacionais	sem_parede	2,7	1,7	0,2	1,5	0,9	1,0
	sem_sanitario	9,3	6,0	0,3	0,3	0,2	2,5
	sem_combust_fogao	38,8	25,8	9,4	28,1	22,5	19,7
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	9,8	9,7	3,0	2,5	1,8	5,1
	sem_geladeira	6,7	3,6	1,0	0,5	0,9	2,0
	sem_maq_lavar	57,5	64,0	22,4	14,3	29,9	35,2
	sem_tv	7,9	5,0	2,3	2,6	4,0	3,6
	sem_pc	72,4	71,1	48,7	48,9	54,1	56,8
	sem_internet	30,2	33,8	17,0	20,6	18,2	23,0
	sem_veiculo	48,2	49,3	38,4	26,8	28,2	39,4
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	20,6	11,5	3,6	5,3	4,6	7,3
	sem_esgoto	76,7	53,3	11,4	33,2	44,4	33,0
	sem_col_lixo	20,0	17,7	3,2	5,6	7,3	8,9
	sem_eletric	1,2	0,5	0,1	0,1	0,1	0,3

Fonte: Elaborado pelos autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Elaboração Própria.

## Anexo 4 - Proporção de domicílios segundo indicadores agrupados por dimensão da Insuficiência Socioeconômica Multidimensional. Brasil e Macrorregiões, 2019.

Dimensão	Variável	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Educação	adult_analf	14,9	23,7	6,5	5,9	9,0	11,7
	jovem_fora_escola	2,8	2,1	1,4	1,1	1,9	1,7
	jovem_em_defas0617	18,6	15,3	11,0	10,9	12,6	12,8
	sem_ensi_med_comp	37,1	42,6	28,2	35,4	32,5	34,1
Trabalho	desalento	6,7	11,7	2,6	1,8	2,7	5,2
	desocup	15,0	15,6	16,2	10,2	13,9	14,9
	subocup	10,9	13,3	7,4	6,0	6,1	8,9
	informal	55,2	44,9	33,1	28,2	39,5	37,6
Renda e patrimônio	ext_pobreza	19,5	21,5	5,9	4,4	5,8	10,8
	pobreza_sem_assist	40,6	42,2	15,8	11,9	16,9	24,1
	idoso_sem_apos	3,0	2,6	4,0	2,9	3,4	3,3
	sem_propriedade	24,9	24,4	31,5	26,7	36,3	28,8
Condições habitacionais	sem_parede	2,8	1,7	0,3	1,1	0,8	1,0
	sem_sanitario	10,1	5,2	0,3	0,2	0,3	2,3
	sem_combust_fogao	36,0	25,5	9,2	28,0	20,5	19,2
Acesso a bens de consumo	sem_telefone	9,7	8,8	2,9	2,2	2,0	4,8
	sem_geladeira	7,2	3,3	0,8	0,5	1,2	1,9
	sem_maq_lavar	55,9	63,3	21,1	14,3	26,5	34,2
	sem_tv	8,7	5,3	2,5	2,7	4,5	3,9
	sem_pc	73,8	72,6	50,4	50,0	55,5	58,3
	sem_internet	27,6	28,3	13,7	16,3	13,9	19,0
	sem_veiculo	48,8	48,5	37,7	26,4	27,8	38,9
Acesso a bens e serviços de uso coletivo	sem_agua_rede	19,9	11,4	3,8	5,4	5,3	7,3
	sem_esgoto	71,2	51,7	11,0	31,2	40,0	31,4
	sem_col_lixo	20,1	17,3	2,9	5,1	7,4	8,7
	sem_eletric	1,2	0,4	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Elaborado pelos autores. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019. Elaboração Própria.

<sup>i</sup> “A crise só não foi pior graças à forte expansão das exportações, que cresceram 71% entre 1980 e 1989” (CANO, 2011, p.34).

<sup>ii</sup> Os dados da PNAD Contínua anual das primeiras visitas para os anos de 2020 e 2021, contendo informações como acesso a bens e serviços públicos ou condições de habitação, não foram disponibilizados pelo IBGE. As bases em microdados para as quintas visitas divulgadas pelo instituto não contêm essas informações.